

RODRIGUES, S. (2017) – *O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa : estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. 1ª ed. Lisboa : Edições Colibri. 144 p.

Por SILVIA CINTRA BORGES MORAIS

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Doutoranda em Ciências da Informação

Arquivista da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

silviacb83@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5507-3969>

A autora da presente obra é licenciada em História e pós-graduada em Ciências Documentais, na variante Arquivo, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, prosseguiu os seus estudos com o curso de especialização em Ciências Documentais, na opção Documentação e Biblioteca, e com o mestrado em Ciências da Documentação e Informação, tendo defendido a sua dissertação na variante Arquivo. Estagiou no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, foi bolsista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e, desde 2004, é técnica superior de arquivo na Secretaria-Geral da Presidência da República de Portugal.

Este livro é o resultado da dissertação de mestrado intitulada “O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)”, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Guardado da Silva. A obra inicia-se com a foto e as “Palavras” de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

O estudo em questão, de um modo geral, recorre à Arquivística, aqui assimilada como um ramo teórico-prático da Ciência da Informação. Desta maneira, delinea a evolução orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, no sentido de perceber o desenvolvimento, a complexidade e a dinâmica que a estrutura do órgão de soberania em causa apresenta, em conformidade com o contexto histórico e as funções e competências imputadas ao Chefe de Estado na qualidade de seu dirigente máximo institucional. A obra possibilita, igualmente, a valorização e a compreensão holística do

que no estudo é designado “Sistema de Informação Presidência da República”, situando-o como um elemento determinante para uma gestão continuada e integrada da informação institucionalmente produzida e acumulada. A obra encontra-se dividida em três tempos.

Na primeira parte, que possui um caráter teórico, a autora integra o estudo orgânico-funcional, no âmbito da Ciência da Informação, fundamentando-o numa abordagem sistêmica, começando por referir que a informação, enquanto fenómeno, deve ser entendida como algo essencial e que a sua gestão deve ser estratégica e servir para apoiar os processos decisórios institucionais, sendo, para tanto, necessário conhecer e compreender os processos organizacionais aí envolvidos. Também defende a importância que os sistemas de informação devem assumir nesses contextos, de modo a assegurar uma eficaz e eficiente gestão da informação, desde a produção ao uso da informação no longo prazo, tornando-se, assim, eles próprios, ferramentas essenciais para a articulação entre os vários subsistemas internos e externos, possibilitando que o processamento e a integração da informação produzida e acumulada institucionalmente pelos seus diversos agentes sejam efetivamente realizados, para além de mapeados e controlados. Como é bom de ver, sem esse mapeamento e controlo efetivos, esses tipos de sistemas não cumprem a sua verdadeira e precípua função: organização e recuperação de informação.

Compreensivelmente, a autora destaca também a necessidade de se proceder a uma política sistemática de valorização do arquivo, que passa, incontornavelmente, pela contratação de profissionais qualificados para atuarem em estreita colaboração com os vários serviços produtores e receptores de informação, de modo a permitir a otimização da gestão da informação organizacional. Neste ponto do texto, a autora fundamenta os seus argumentos em autores reconhecidos e conceituados nestas matérias, não se esquecendo, porém, de abordar as já conhecidas mudanças epistemológicas que vêm sendo debatidas há algum tempo no meio arquivístico, bem como o papel que ocupa esta disciplina no âmbito da Ciência da Informação e da “Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Na segunda parte, a autora analisa e interpreta o seu objeto de estudo central, isto é, a evolução orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, tendo como recorte cronológico o ato de Proclamação da República, em 1910, até 2014. Na I República (1910-1926), a Presidência da República apresentava uma estrutura organizativa e administrativa muito simples, diremos hoje, de cariz familiar: um Presidente, um Secretário-Geral responsável pela Secretaria e um secretário Particular – no fundo, o embrião da Casa Civil,

que se justifica por ser, desde início, um órgão de natureza unipessoal. Apenas em cerimónias militares, os primeiros presidentes fizeram-se acompanhar de militares, mas as bases da Casa Militar apareceriam já com Sidónio Pais, no período chamado da ‘República Nova’, a partir de 9 Maio 1918, em que o Chefe de Estado, numa estratégia de reforço da representação simbólica e de legitimação do cargo, definiu o uniforme a usar pelo Presidente da República, porém um Presidente da República Militar, assumindo-se enquanto chefe da força armada de terra e mar. Com Sidónio Pais, o ‘Presidente-Rei’ como lhe chamara Fernando Pessoa, o Palácio de Belém tornara-se, pela primeira vez na sua história, o centro do poder político – a sede do Poder supremo.

No segundo capítulo, que corresponde cronologicamente à Ditadura Militar (1926-1933) e ao Estado Novo (1933-1974), o Presidente da República passou a ter uma residência oficial, e a Secretaria foi reorganizada, já com um quadro de funcionários privativos. A Casa Militar também foi objeto de reorganização, tendo-se lançado as bases do serviço de segurança. Foi ainda criado o Conselho Político Nacional, com funções consultivas – que seria a base do futuro Conselho de Estado, que emergiria em 1933. Depois, durante o Estado Novo, a figura do Chefe de Estado esbateu-se em favor do Presidente do Conselho de Ministros, com António de Oliveira Salazar.

No terceiro capítulo, a autora descreve a Revolução do 25 de Abril e o retorno à democracia em Portugal. Neste momento e de acordo com a nova “Constituição da República Portuguesa”, aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976, foram realizados também reajustes na estrutura dos vários serviços de apoio ao Presidente da República, tendo a Secretaria-Geral integrado a Direção dos Serviços Administrativos. Com o decurso do tempo, procedeu-se ao preenchimento e à ampliação do quadro da Secretaria-Geral e do Centro de Documentação e Informação da Presidência da República. Na década de 90, alterou-se o quadro de pessoal, respeitante às carreiras específicas das áreas funcionais de biblioteca, documentação e arquivo, e iniciou-se a construção do novo edifício para o Centro de Documentação e Informação. Esta segunda parte traduz, a nosso parecer, um esforço muito positivo no sentido de recuperar a evolução orgânico-funcional, competências e atribuições dos órgãos vinculados à Presidência da República, essenciais, conforme dissemos antes, ao estudo e à compreensão do seu sistema de informação arquivística. Por outras palavras, constitui o cerne da investigação aqui trazida – o estudo orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, essencial para a compreensão do sistema de informação, pois o título é mais ambicioso do que os resultados alcançados, na certeza, porém, de que estamos perante um estudo de elevada qualidade. Dentro do novo contexto democrático, destaque-

-se, porém, a data de 1979, em que a Presidência da República reforçou a sua autonomia, assumindo funções até então da Presidência do Conselho de Ministros. Depois, e até à atualidade, complexificaram-se as estruturas, na certeza, porém, de que este órgão de soberania reflete a missão do Presidente da República, mas também a personalidade de cada Chefe de Estado.

A terceira parte subdivide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo, a autora apresenta a evolução orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas, no período da República, analisando o desenvolvimento dos poderes conferidos neste domínio e pela Constituição ao Presidente da República. No segundo capítulo, descreve a ligação entre o Conselho de Estado, órgão político de consulta do Presidente da República, e o órgão de soberania, bem como a documentação relativa a esse órgão consultivo. Neste ponto, refere que os serviços de expediente e apoio são assegurados pela Secretaria-Geral da Presidência da República. No terceiro capítulo, retrata o Conselho Superior de Defesa Nacional e as funções de âmbito consultivo desempenhadas, relativas à política de defesa nacional, a partir da sua criação na revisão da Constituição da República de 1982. O apoio técnico e administrativo ao referido Conselho, conforme destaca, compete à Secretaria-Geral e ao seu secretariado, que passam a funcionar nas instalações da Presidência da República. No quarto capítulo, a autora debruça-se sobre o Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis e o seu apoio técnico ao Chefe de Estado, porém de sua duração efémera. A extinção deste Instituto, conforme refere, ocorreu em 1987, tendo o seu património, incluindo o arquivístico, sido transferido para a Secretaria-Geral. No último capítulo, aborda a Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal. Esta comissão, composta por um presidente e por membros nomeados pelo Presidente da República, como o próprio nome sugere, passou a ter como função a elaboração de um plano anual das atividades comemorativas no país, em Macau e no estrangeiro. As despesas e o apoio administrativo ao evento passariam a ser da competência da Secretaria-Geral da Presidência da República. Para além disso, a autora procurou, neste capítulo, contextualizar e atualizar o enquadramento funcional dos serviços prestados no âmbito da Secretaria-Geral, bem como detalhar os órgãos e as estruturas de apoio ao Presidente da República.

A obra finaliza com uma conclusão a respeito das transformações sofridas ao longo de mais de um século pela ora complexa estrutura organizativa da Presidência da República e reflete sobre o protagonismo alcançado pelos Presidentes nos diversos contextos histórico-políticos analisados.

“O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa” é um estudo de natureza académica, mas escrito, porque muito bem escrito,

para o grande público, quer pelo cuidado atento e pedagógico na escrita, quer pelo interesse do tema e a forma como o desenvolve, quer ainda pela forma como a autora concilia a Gestão Organizacional com a sua formação em História e em Ciência da Informação, aqui projetada, entrelaçando a história da Presidência da República Portuguesa com o estudo do seu sistema de informação, entre 1910 e a atualidade, reportada esta a 2014. Para tal, a autora analisa e contextualiza as competências do Chefe de Estado neste tempo longo, assim como, numa abordagem holística, a estrutura orgânica da Presidência da República ao longo da história, bem como os seus serviços e recursos.

Um estudo objetivo e isento, que não deixa de ser o de uma observadora participante, sendo Susana Rodrigues técnica superior deste órgão de soberania, que acolheu a sua realização. É assim, o olhar de quem não apenas estudou a Organização, mas também de quem trabalha há mais de uma década na Presidência da República Portuguesa, na área da gestão da informação.

Deste modo, Susana Rodrigues cumpre o que propõe, na medida em que aborda a evolução e o desenvolvimento dos serviços da Presidência da República, nos seus aspetos orgânico-funcionais mais relevantes, revelando, assim, a importância que o seu conhecimento e a compreensão devem ter para uma eficiente gestão de informação. Enfim, este é, pela forma e pelo conteúdo, um estudo singular, sincrético, e de grande qualidade, que enriquece a Coleção “Ciência da Informação”, um projeto, ímpar em Portugal, das Edições Colibri e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BAUC VOL. XXXIII, N.º 1

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

Os tabeliões de notas de Coimbra nos séculos XVI a XVIII:

Provimento de ofícios e identificação de cartórios

Cristóvão Mata

As mulheres “devassas de seu corpo” em Coimbra durante a primeira metade do século XVIII

Alexandre Rodrigues de Souza

El archivo general de Villafranca durante la Guerra de Independencia española

Domingo Beltrán Corbalán

Francisco Precioso Izquierdo

RECENSÕES CRÍTICAS

LARRIBA, E. ; COLETES BLANCO, A., eds. (2017) – *La Poésie, vecteur de l’information au temps de la Guerre d’Espagne: 1808-1814*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 164 p.

Carlos Guardado da Silva

NICHOLAS, D. [et al.] (2018) – *Early Career Researchers: The harbingers of change? Final report*.

CIBER Research. 78 p.

Jorge Revez

RODRIGUES, S. (2017) – *O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa : estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. 1ª ed. Lisboa : Edições Colibri. 144 p.

Silvia Cintra Borges Morais

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>